

ANÁLISE DO ÁLBUM DE FOTOGRAFIAS DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES DO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ (1943-1946)

GT 13: História da Educação

Trabalho completo

Marcelo Pereira ROCHA (Programa de Pós-graduação em Educação/UFMT)¹

e-mail: mp.rocha1983@gmail.com

Nilce Vieira Campos FERREIRA (Programa de Pós-graduação em Educação/UFMT)²

e-mail: nilce.ferreira@ufmt.br

Resumo

A pesquisa objetivou selecionar e analisar imagens de instituições escolares do álbum fotográfico da fronteira Brasil-Paraguai, especificamente da capital do Território Federal de Ponta Porã (1943-1946). Autores como Roland Barthes, Boris Kossoy, Dermeval Saviani, Gondra, Vidal e Veiga foram fundamentais para a análise do material elaborado pelos profissionais da Imprensa Oficial do Território em questão. Portanto, o estudo dessa fonte iconográfica e documental reafirmou o caráter estratégico da educação na fronteira, tanto no sentido geopolítico quanto no social, além de expor as disparidades entre o acesso à educação pública e privada, acentuadas pela expansão de instituições escolares na região. Palavras-chave: Instituições Escolares. Fronteira. Iconografia.

1 Introdução

Durante período conhecido como Era Vargas (1930-1945) ocorreu intensa intervenção federal nas regiões de fronteira do Brasil, o Território Federal de Ponta Porã (1943-1946) foi concebido como parte de um projeto estratégico de integração nacional, no qual a educação desempenhou um papel central nas políticas governamentais. Nesse contexto, surge a seguinte questão: como as fotografias do álbum oficial do Território Federal de Ponta Porã, localizadas no Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, expressam as escolas Mato-grossense à época da intervenção do governo federal?

Para responder a indagação desta pesquisa estabelecemos o seguinte objetivo geral: selecionar e analisar fotografias do álbum elaborado pela Imprensa Oficial do Território Federal

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS/Campus Campo Grande) e Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT/Campus Cuiabá). Mestre em Educação e Graduado em História pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Atualmente, exerce a função de professor na rede municipal de Cuiabá/MT. Integrante do Grupo de Pesquisa em História da Educação, Acervos Históricos Institucionais e Gênero (GPHEG). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8055-9119>.

² Nilce Vieira Campos Ferreira é Doutora e Pós-doutorado em Educação. Professora na Graduação em Pedagogia e na Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT/Campus Cuiabá). Coordenadora do Grupo de Pesquisa em História da Educação, Acervos Históricos Institucionais e Gênero (GPHEG); Coordenadora da Rede de Pesquisa, Ensino e Extensão em Educação das Regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil e da América Latina - RECONAL-Edu. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9165-0011>.

de Ponta Porã, especificamente aquelas relacionadas a Ponta Porã, que foi escolhida como capital do mencionado território.

A pesquisa se debruçou em um material datado de 31 de outubro de 1946, proveniente da Imprensa Oficial, isto é, um relatório dirigido ao Secretário Geral do Território Federal de Ponta Porã. Este documento foi elaborado em cumprimento as instruções recebidas do gabinete do governador e apresenta, dentre outras coisas, fotografias capturadas pelos profissionais do setor sobre a melhoria e aberturas de novas instituições escolares na fronteira. Para a interpretação das fontes disponível foi selecionado os seguintes autores.

Roland Barthes (2022) é amplamente reconhecido por suas contribuições para o estudo das imagens. O autor ao propor uma análise teórica das fotografias, distingui-as entre os conceitos de *studium* e *punctum*. O *studium* refere-se aos elementos culturais, linguísticos e interpretativos que permitem a leitura de uma fotografia dentro de um contexto social. Já o *punctum* é aquele aspecto inesperado ou emocionante que “fura” o observador, provocando uma reação pessoal e afetiva.

Kossoy (2014), por sua vez, explora o uso das fotografias como documentos históricos, discutindo o valor da imagem enquanto fonte legítima de análise para a historiografia. Segundo Boris Kossoy (2014), a fotografia não é um reflexo direto da realidade, mas uma construção que deve ser interpretada considerando seu contexto de produção e seus objetivos. Ele introduz o conceito de “iconografia documental”, ou seja, as imagens devem ser lidas de forma crítica, analisando seus elementos, o cenário político-social e a intenção do autor. Ele acrescenta que:

A imagem fotográfica é o relê que aciona nossa imaginação para dentro de um mundo representado (tangível ou intangível), fixo na sua condição documental, porém moldável de acordo com nossas imagens mentais, nossas fantasias e ambições, nossos conhecimentos e ansiedades, nossas realidades e ficções. A imagem fotográfica ultrapassa, na mente do receptor, o fato que representa (Kossoy, 2002, p. 46).

Peter Burke (2004) ressalta que as fotografias, como qualquer outro tipo de documento visual, devem ser interpretadas com cautela, pois são produtos carregados de significados. Para o autor, as fotografias, longe de serem meros registros objetivos, são moldadas por contextos históricos e sociais, e seus significados dependem tanto da intenção de quem capturou a imagem quanto da interpretação de quem as observa.

É relevante também, de acordo com Sanfelice (2007), a reflexão de que as instituições escolares são estabelecidas por grupos sociais ou classes que trazem para seu interior uma realidade já existente fora dela. Além disso, estão sujeitas a ordenamentos jurídicos, políticas educacionais, influências estatais e à determinação do mundo da produção material que

organiza as relações sociais. A análise histórica das instituições escolares justifica-se somente se houver contribuição para uma compreensão mais abrangente do fenômeno educativo em uma sociedade historicamente específica.

Castanho (2007), por sua vez, define as instituições escolares como lugares sociais permanentes, reconhecidos em sua missão, mantidos por recursos materiais e humanos delimitados, normatizados externa e internamente, e sustentados por valores, ideias e comportamentos que compõem a organização institucional, ou seja, a cultura escolar.

Desta forma, os autores citados além de evidenciarem que as instituições escolares influenciam e são influenciadas pelo contexto na qual estão inseridas, oferecem uma lente crítica para compreender as fotografias como construções carregadas de significados que vão além da simples documentação, revelando as intencionalidades por trás da produção e uso das imagens. Eles também foram fundamentais na análise das fotografias do álbum oficial, ajudando a entender como as imagens são usadas para narrar a história da educação na região de fronteira.

Na introdução, apresentamos a questão central que orientou esta pesquisa, juntamente com o objetivo estabelecido para responder à problemática levantada. Também destacamos o material fotográfico consultado no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, que serviu de base para a análise. Além disso, discutimos os autores que contribuíram para a interpretação dos documentos, oferecendo uma perspectiva crítica sobre o tema. Na próxima seção, abordaremos o contexto histórico do Território Federal de Ponta Porã, com ênfase em sua capital e nos desdobramentos educacionais da região.

1. Territórios Federais e Fronteiras: O Papel Estratégico de Ponta Porã

No Brasil, os Territórios Federais do Amapá, Guaporé, Iguazu, Ponta Porã e Rio Branco foram criados com o intuito de ocupar, povoar, sanear e proteger as fronteiras do país, além de facilitar a integração de suas áreas produtivas aos centros urbanos. Os territórios federais desempenharam um papel importante, visando a integração entre o Brasil desenvolvido e as regiões consideradas “nativas”, enquanto garantiam a soberania da nação sobre as regiões limítrofes.

Os territórios federais foram unidades federativas especiais que estavam sobre administração e investimento direto do governador federal. A primeira experiência brasileira, de alguma forma, é representada pelo tratado de permuta de terras de 1903 entre Brasil e Bolívia, que resultou na criação do Território do Acre. Esse território foi oficialmente

estabelecido pelo Decreto n. 1.181 de 1904, durante a presidência de Rodrigues Alves (1902-1906).

Em conformidade com a Constituição Federal vigente foram criados seis novos territórios federais na Era Vargas, são eles: o Território Federal de Fernando de Noronha, com características militares pelo Decreto-Lei n. 4.102, em 9 de fevereiro de 1942 e, em 13 de setembro de 1943, pelo Decreto-Lei n. 5.812, foram instituídos os Territórios Federais do Amapá, Guaporé, Iguaçu, Rio Branco e Ponta Porã.

Medeiros (1946) evidencia que dentre os territórios criados pelo citado decreto, a unidade federativa Pontaporanense se destaca por abrigar o maior número de municípios e por ser economicamente o mais significativo. O referido autor observa que este território, com a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil como sua espinha dorsal e a capital em Campo Grande, naquela época, que era a segunda cidade mais importante do Estado de Mato Grosso, rapidamente seria elevado a *status* de estado, e conseqüentemente se tornaria a base de uma comunidade binacional brasileiro-paraguaia.

No entanto, o Território Federal de Ponta Porã existiu por apenas três anos (1943-1946), anexando municípios desmembrados do Estado de Mato Grosso, são eles: Ponta Porã (capital), Bela Vista, Dourados, Maracaju, Miranda, Nioaque e Porto Murtinho, juntamente com seus respectivos distritos. A unidade federativa estava localizada em uma área estratégica entre os rios Paraná e Paraguai, garantindo a rota para o escoamento de produtos do sul de Mato Grosso. Medeiros (1946) ressalta, também, que a localização privilegiada do território, além de facilitar o controle e a arrecadação de impostos sobre a erva-mate, reduziu o domínio político e econômico da empresa Mate Larangeira na região. Esta empresa monopolizou a extração de Erva Mate no Sul de Mato Grosso.

O município de Ponta Porã, escolhido como capital do Território Federal de Ponta Porã, foi emancipado em 18 de julho de 1912 pelo Decreto n. 617. Para se ter ideia, na década de 1920, Ponta Porã tinha cerca de 28 mil habitantes, principalmente sul-rio-grandenses, e uma boa infraestrutura viária, com quatro vias navegáveis. Na década de 1940, o município já possuía 32.996 habitantes e era o principal produtor de erva mate em Mato Grosso, com exportações significativas para a Argentina (Gomes, 2004), assim como englobava uma vasta região da fronteira seca entre o Brasil e o Paraguai.

Os Territórios Federais do Brasil sem dúvida revelam a complexidade das políticas de ocupação e integração nacional implementadas ao longo do século XX. A breve existência do Território Federal de Ponta Porã, entre 1943 e 1946, por exemplo, evidencia as interferências na dinâmica econômica e social do limite brasileiro. A importância de Ponta Porã como um

ponto estratégico para o escoamento de produtos e a sua relevância no contexto econômico, especialmente em relação à erva mate, destacam a interdependência entre o desenvolvimento regional e as políticas federais.

Apresentado o cenário dos territórios federais e a importância do Território Federal de Ponta Porã, na fronteira do Brasil com o Paraguai, seguiremos para as ações educacionais que o governo federal instituiu nesse espaço geográfico.

2. A Expansão das Instituições Escolares em Regiões de Fronteira: Capital do Território Federal de Ponta Porã

Os documentos sobre o Território Federal de Ponta Porã desvelaram que o governo federal expandiu o número de instituições escolares na região de fronteira do Brasil com o Paraguai. Segundo Rocha (2019) o número de grupos escolares aumentou de um para sete durante a administração do governo federal. As escolas isoladas, tanto urbanas quanto rurais também cresceram significativamente de 52 para 186, nos municípios que integraram o novo ente federado.

Neste cenário nos propomos a analisar fotografias sobre a educação do município que foi escolhido para ser a sede do Território. Ponta Porã antes da intervenção federal contava com um grupo escolar e 19 escolas isoladas urbanas ou rurais. A partir de 1943, além da ampliação de duas salas de aula do grupo escolar já existente, aumentou o número de escolas isoladas e rurais para 76.

Figura 1 – Grupo Escolar Mendes Gonçalves construído pela Empresa Mate Larangeira (1927)



Figura 2 – Ampliação do Grupo Escolar Mendes Gonçalves (1944)



Fonte: Território Federal de Ponta Porã, 1946, p. 11 e 12.

Segundo Trevisan (2011) o Grupo Escolar Mendes Gonçalves foi instalado no dia 12 de junho de 1927 no município de Ponta Porã, à época da administração do Estado de Mato Grosso. A instituição foi construída em alvenaria pela Empresa Mate Larangeira, que exercia controle do principal produto da região, isto é, a Erva Mate. As escolas na fronteira, como o Mendes

Gonçalves, tinham um papel geopolítico estratégico, uma vez que colaboravam para a consolidação da soberania nacional em áreas de fronteira, promovendo, assim, um controle social mais efetivo por meio da educação.

A fotografia em questão (figura 1), pertencente ao álbum oficial do Território Federal de Ponta Porã, retratou a fachada do Grupo Escolar Mendes Gonçalves, uma instituição educacional que foi encampada pelo governo federal por sua relevância para o projeto de modernização e integração nacional promovido durante o governo de Getúlio Vargas. Localizado na então capital do território, Ponta Porã, o grupo escolar foi ampliado (figura 2) com a instalação de mais duas salas, no período de administração territorialiana, não intenção de representar o esforço do governo federal em consolidar a presença do Estado nas regiões de fronteira por meio da educação.

O edifício foi construído com o uso de materiais duráveis e traços arquitetônicos simples, típicos das instituições escolares dos grandes centros econômicos do Brasil no período, com salas amplas e áreas externas adequadas para atividades recreativas.

Saviani (2008) aponta que, a partir das reformas educacionais do início do século XX, houve uma preocupação em adequar os espaços escolares às novas práticas pedagógicas, especialmente com a introdução dos métodos ativos de ensino, o que exigiu a criação de escolas com novas disposições físicas e maior capacidade de atendimento. Nesse sentido, a ampliação dos grupos escolares refletia as mudanças nas políticas educacionais que visavam universalizar o acesso à educação primária, garantindo a padronização e centralização das práticas pedagógicas.

Gondra (2004), na mesma direção, destaca que a ocupação das fronteiras fez parte de um projeto mais amplo de construção do Estado nacional, em que as escolas funcionavam como símbolos do progresso e da civilização. Ele argumenta ainda que a ampliação dos grupos escolares era uma resposta à urbanização crescente e à necessidade de educar as massas, num contexto em que a educação era vista como fundamental para a construção da identidade nacional. Assim, as fotografias (figura 1 e 2) evidenciam a presença do governo federal na educação da fronteira do Brasil com o Paraguai.

Figura 3 – Professoras do Grupo Escolar Mendes Gonçalves e o diretor da Divisão de Ensino do Território Federal de Ponta Porã (1944)



Fonte: Território Federal de Ponta Porã, 1946, p. 14.

A figura 3 destacou o grupo de professores do Grupo Escolar Mendes Gonçalves e o diretor de divisão de ensino do Território Federal de Ponta Porã, todos posando de certa forma organizada, o que reforça a ideia de disciplina e formalidade que permeava o ambiente educacional da época. A vestimenta das professoras e do diretor revela muito sobre os padrões culturais e sociais do período, pois as professoras aparecem com trajés formais, compostos por vestidos longos, de corte simples, acompanhados por sapatos fechados. O diretor, por sua vez, veste ternos completos, com gravatas, elementos que reforçam a imagem de autoridade e respeitabilidade que era atribuída à função.

De acordo com Lopes (2009), as roupas dos professores no início do século XX no Brasil estava diretamente relacionada à construção de uma imagem de moralidade, competência e decoro. As mulheres, especialmente, eram cobradas a se apresentarem de forma sóbria, refletindo não apenas os valores tradicionais de feminilidade e modéstia, mas também o papel que lhes era atribuído como educadoras das novas gerações. Já os diretores e supervisores, em suas vestes formais, consolidavam a hierarquia no ambiente escolar, transmitindo autoridade através da apresentação pessoal.

Nóvoa (1995) argumenta que a vestimenta também funcionava como um mecanismo de distinção social no ambiente educacional. Ele assevera que a escolha das roupas de professores e diretores era uma maneira de demarcar a posição social e o *status* dos profissionais de ensino, especialmente em uma época em que a profissão começava a ganhar maior reconhecimento social. Para o autor, o traje não era apenas um código, mas um símbolo de profissionalismo e respeito, legitimando o papel dos educadores na sociedade.

Autores como Vidal (2009) e Veiga (2007) destacam que os grupos escolares eram, frequentemente, o destino dos professores normalistas, sendo neles que se concentrava a maior

parte dos profissionais com essa formação. Vidal (2009) analisa a importância dos grupos escolares como centros de experimentação pedagógica, onde os normalistas podiam colocar em prática os métodos de ensino aprendidos, baseados em disciplinas como pedagogia, psicologia e didática. Esses espaços eram organizados em séries e seguiam um currículo padronizado, o que refletia o esforço do Estado em modernizar e padronizar a educação pública no Brasil.

Veiga (2007) complementa essa análise ao afirmar que os grupos escolares, além de servirem como locais de trabalho para os normalistas, também atuavam como espaços de formação contínua, onde os professores eram supervisionados por diretores e inspetores que garantiam o cumprimento das políticas educacionais vigentes. A autora destaca que a formação dos normalistas, que incluía não apenas o domínio dos conteúdos a serem ensinados, mas também uma postura moral e cívica, era essencial para o projeto de educação nacionalista promovido pelos governos da época, especialmente durante a Era Vargas.

Figura 4 – Escola Isolada Urbana Duque de Caxias, em Ponta Porã (1943)



Fonte: Território Federal de Ponta Porã, 1946, p. 17.

A escola Isolada Urbana Duque de Caxias foi construída parcialmente em alvenaria e outra parte em madeiras, com telhado de barro. Os estudantes eram na sua maioria do gênero feminino, ou seja, visualizamos apenas quatro meninos do total de estudantes. A figura 4 revelou também que a professora lecionava para discentes de diferentes faixas etárias e, certamente, séries. Apesar do foco da fotografia na favorecer, notamos que a escola estava distante de outras edificações.

As escolas isoladas urbanas, apesar de apresentarem limitações físicas e de recursos foram importantes na democratização da educação primária. Essas escolas surgiram como resposta à necessidade de garantir o acesso à educação em áreas urbanas ou rurais que ainda não contavam com grupos escolares consolidados eram essenciais para a formação inicial, apesar das dificuldades enfrentadas pelas professoras, que muitas vezes atuavam de forma solitária e sem apoio institucional.

Figura 5 – Escola Particular Paróquia São José (1943)



Fonte: Território Federal de Ponta Porã, 1946, p. 21.

A fotografia (figura 5) registrou uma escola particular de orientação religiosa, confirmando a presença desse segmento educacional em Mato Grosso e na fronteira brasileira, onde o acesso a esse tipo de ensino era restrito a uma parcela específica da população. Ao comparar a figura 4 com a fotografia (figura 5), observamos que as instituições confessionais atendiam a um número significativamente maior de estudantes do que as escolas administradas pelo poder público estadual.

O crescimento das escolas particulares no Brasil está ligado à insuficiência do sistema público em atender às demandas educacionais da sociedade, o que fortaleceu o setor privado como alternativa de qualidade para as classes mais favorecidas. Bourdieu e Passeron (1996) argumentam que as escolas privadas não apenas oferecem um currículo acadêmico diferenciado, mas também são espaços de reprodução de capital cultural, onde as famílias de classes mais altas asseguravam vantagens competitivas para seus filhos no mercado de trabalho.

Considerações Finais

Os autores mencionados foram importantes para a interpretação das fotografias utilizadas neste estudo, oferecendo uma compreensão aprofundada sobre as imagens na história da educação em Mato Grosso, ajudando a desvendar as intencionalidades que permearam a produção das fotografias do álbum oficial do Território Federal de Ponta Porã.

A análise das fotografias colaborou para a compreensão da história da educação em Mato Grosso, especialmente no contexto de ocupação de fronteiras e da integração nacional durante o período Vargas. As imagens, de alguma forma, revelaram não apenas a expansão das instituições escolares na região, como também os aspectos simbólicos e políticos por trás da construção dessas escolas e a maneira como a educação foi instrumentalizada para consolidar o controle social e territorial. As fotografias, assim, funcionaram como registros históricos que

documentam a materialização de projetos educacionais em áreas estratégicas, evidenciando a conexão entre educação, modernização e soberania nacional.

O diálogo com os autores permitiu, também, uma análise mais complexa das fotografias, revelando-as como fontes valiosas para a historiografia da educação. As imagens não apenas ilustram o desenvolvimento de infraestruturas educacionais, mas também refletem as políticas e ideologias que guiaram esse processo, contribuindo para um entendimento mais amplo sobre o papel da educação na construção do Estado brasileiro.

Referências

- BARTHES, Roland. **A câmara clara**: Nota sobre a Fotografia. 8ªed. Rio de Janeiro/RJ: Editora Nova Fronteira, 2022.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino. Rio de Janeiro/RJ: Editora Vozes, 1996.
- BURKE, Peter. **Testemunha Ocular**: História e Imagem. Bauru/SP: EDUSC, 2004.
- CASTANHO, Sergio. **Institucionalização das instituições escolares**: final do Império e Primeira República no Brasil. In: Nascimento, Maria Isabel de Moura [et.al.] (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas/SP: Autores Associados, 2007.
- GOMES, Arlindo de Andrade. **O Município de Campo Grande em 1922**. Campo Grande/MS: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2004.
- GONDRA, José Gonçalves. **Educação, Modernidade e Civilização**: Cultura Escolar no Brasil (1900-1945). Rio de Janeiro/RJ: DP&A, 2004.
- KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo/SP: Ateliê Editorial, 2014.
- KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 3ªed. Cotia/SP: Ateliê Editorial, 2002.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Educação, Gênero e Identidade Profissional no Brasil (1850-1950)**. São Paulo/SP: Cortez, 2009.
- MEDEIROS, Océlio. **Administração Territorial**. Comentários, subsídios e novas leis. Rio de Janeiro/RJ: Imprensa Nacional, 1946.
- NÓVOA, António. **Os Professores e a Sua Identidade**: Ensaios sobre a Formação. Lisboa/PT: Dom Quixote, 1995.
- ROCHA, Marcelo Pereira Rocha. **As Instituições Escolares no Projeto de Ocupação da Fronteira do Brasil com o Paraguai**: Território Federal de Ponta Porã (1943-1946). 2019, 253f. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2019.
- SANFELICE, José Luís. História das Instituições Escolares. In: Nascimento, Maria Isabel de Moura [et.al.] (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas/SP: Autores Associados, 2007.
- SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas/SP: Autores Associados, 2008.
- TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ. **Relatório da Imprensa Oficial**: Álbum Fotográfico. Ponta Porã/MS, 1946.
- TREVIZAN, Marcio Bogaz. **Grupo Escolar Mendes Gonçalves**: vicissitudes no processo de escolarização republicana na fronteira do Brasil-Paraguai (1889-1931). 2011, 263f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.
- VEIGA, Cynthia Greive. **A Formação de Professores no Brasil**: História e Perspectivas. Campinas/SP: Papyrus, 2007.
- VIDAL, Diana Gonçalves. **Grupos Escolares**: Cultura Escolar Primária e Escolarização da Infância no Brasil (1893-1971). São Paulo/SP: Autores Associados, 2009.